

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – X ENANCIB
25 a 28 de outubro de 2009 • João Pessoa • Paraíba • Brasil

GT6 – Informação, Educação e Trabalho

Comunicação Oral

Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil:
estudo de caso da Biblioteca Nacional¹

*The Origins and Foundations of the Collection Developing Process in Brazil:
Case Study of the National Library (Brazil)*

Profa. Dra. Simone da Rocha Weitzel² (UNIRIO, simone.weitzel@gmail.com)

Resumo: Apresenta as origens e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil baseado em autores do século XIX e no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (Brasil) entre 1915 a 1949. Adota a pesquisa documental para identificar autores do século XIX no acervo de Obras Raras da UNIRIO, que apoiou o curso no passado, e para levantar os programas das disciplinas, os documentos complementares e os relatórios anuais da Biblioteca Nacional a fim de fazer correspondências entre a teoria e a prática. Contribui para uma revisão da teoria de desenvolvimento de coleções que se apoia fortemente em autores de língua inglesa.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (Brasil).

Abstract: It presents the origins and foundations of the process of collection development in Brazil based on authors of the XIX Century and in the Course of Librarianship of the National Library (Brazil) among 1915 to 1949. It adopts the documental research method to identify authors of the XIX Century in the Rare Collection at UNIRIO, that supported the course in the past, and to carry out a survey about the programs of disciplines, the complementary documents and annual reports of the National Library in order to do correspondences between theory and practice. It contributes to a revision of the theory of the collection development that leans on strongly in authors of English language.

Keywords: Collection development. School of Librarianship at the National Library (Brazil).

¹ Este trabalho traz resultados parciais da pesquisa concluída “Origem e Fundamentos do ensino do Desenvolvimento de Coleções no Brasil: a partir da 1ª fase do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional” a qual recebeu apoio do Programa Nacional de Apoio a Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN nº 01430.000.951/2007-66) no período entre novembro de 2007 a janeiro de 2009.

² Professora Adjunta do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPB/UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO/MAST).

Introdução

A Biblioteconomia tem sido objeto de poucas pesquisas voltadas para o seu desenvolvimento e fortalecimento como campo científico. Um olhar sobre os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, por exemplo, demonstra que apenas sete grupos estão envolvidos diretamente com pesquisa no campo da Biblioteconomia.

As temáticas destes grupos concentram-se principalmente em aspectos relacionados com a formação e atuação profissional bem como suas mediações³ e também sobre abordagens a respeito dos suportes, tecnologia da informação e teorias biblioteconômicas⁴.

Este cenário motivou a presente pesquisa no sentido de atender primeiramente, a esta necessidade teórica, metodológica e epistemológica do próprio campo e, em segundo lugar, à necessidade de desenvolvimento de suas áreas. Neste caso, a área de estudo refere-se ao desenvolvimento de coleções que tem sido um dos temas de pesquisa do grupo *Espaços e Práticas Biblioteconômicas* (UNIRIO) o qual vem identificando lacunas teóricas e práticas do campo da Biblioteconomia que transcendem questões locais ou regionais apesar da opção pelos estudos de casos brasileiros.

Dentre as lacunas identificadas, foi destacado nesta pesquisa as questões referentes às origens e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções. Na atualidade, desenvolvimento de coleções é determinado pelo estabelecimento do perfil da comunidade bem como dos processos e políticas de seleção, aquisição, avaliação, desbastamento e descarte de forma bastante integrada. Trata-se de um processo contínuo que visa alcançar a missão institucional e, acima de tudo, satisfazer as necessidades dos usuários tendo em vista a imensa gama de conhecimento registrado existente no mundo.

No entanto, esta concepção sobre o que é desenvolvimento de coleções não é nova e vem se consolidando ao longo de grandes períodos – e por que não dizer – de séculos. Da antiguidade até hoje existiram teorias e práticas que ainda não foram totalmente estudadas apesar de terem contribuído para o desenvolvimento da área.

A literatura especializada apresenta como marco teórico da área a década de 1960 como o período em que Desenvolvimento de Coleções se afirmou como terminologia e como um processo voltado para o acesso, para o usuário, para a missão institucional – enfim, como uma estratégia para lidar com a explosão informacional. Este marco foi estabelecido, princi-

³ Estes grupos de pesquisa são oriundos da UNESP, UFES, PUC-CAMP e UEL.

⁴ Os grupos destas temáticas são respectivamente: UDESC, UFC e UNIRIO.

palmente, por teóricos ingleses e norte-americanos os quais influenciaram muitos estudos contemporâneos que tem sido produzidos, sobretudo, por pesquisadores de língua inglesa.

Da mesma maneira, no Brasil, a literatura especializada indica como um dos marcos principais da área a inclusão da disciplina Desenvolvimento de Coleções na grade do então currículo mínimo do Curso de Graduação em Biblioteconomia, em 1982. Por outro lado, após quase trinta anos de sua institucionalização no país, poucos foram os pesquisadores que investiram nessa área.

Um olhar de 1982 para trás denuncia não somente pouca literatura em português no país, mas também uma lacuna sobre o processo de desenvolvimento de coleções propriamente dito. Quais seriam as teorias e métodos que apoiaram suas práticas antes dos marcos teóricos apontados pela literatura especializada? Aparentemente estas lacunas que se configuram na atualidade, sobretudo pela ausência de sistematização de pesquisas, de um modo mais amplo, parecem ecoar das teorias e práticas que ficaram no passado, esquecidas.

Partindo do princípio de que não há como conceber bibliotecas sem pensar em como formar e manter suas coleções, as evidentes lacunas transformaram-se em objeto de pesquisa cujo objetivo foi exatamente de identificar as origens e os fundamentos do ensino do Desenvolvimento de Coleções no Brasil a partir das primeiras fases de funcionamento do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1922 e de 1932 a 1949).

Considerou-se como pressuposto que as origens da área no país estão relacionadas com a história do Curso de Biblioteconomia fundado na Biblioteca Nacional (BN) em 1911 que por sua vez adotou o modelo de ensino e prática profissional da *École de Chartes*, na França.

Desse modo, empreendeu-se uma exaustiva pesquisa documental tendo como base o acervo da BN e também da UNIRIO⁵ que acolheu os Cursos da BN em 1969 e, por isso, muitos documentos e coleções foram transferidos permitindo colher informações preciosas e talvez inéditas.

Por isso, o foco inicial da pesquisa concentrou-se na pesquisa documental, especificamente no levantamento e estudo dos conteúdos programáticos de todas as disciplinas oferecidas no período as quais poderiam evidenciar aspectos relacionados com teorias e métodos da área de desenvolvimento de coleções⁶.

⁵ Especialmente no Arquivo Central e Biblioteca Central da UNIRIO.

⁶ Desenvolvimento de coleções é uma terminologia contemporânea, proveniente dos estudos norte-americanos da década de 1960. Por isso, todos os processos envolvidos foram foco deste de estudo.

No entanto, como somente foram localizados os programas das disciplinas do ano de 1917 e de uma disciplina de 1936 as quais não traziam indicações de bibliografia, a estratégia de coleta de dados foi aprimorada no sentido de identificar e localizar documentos correlatos para complementação dos dados sobre os conteúdos programáticos. Foram encontrados documentos primários relativos aos apontamentos de professores, cadernos de aluna e legislação sobre a reforma administrativa da BN. Depois passou-se para a consulta e leitura dos relatórios anuais da BN referente ao período de estudo, cuja a maioria tinha sido publicada nos Anais da BN. Esta estratégia foi muito importante pois surgiram muitos dados complementares a respeito do curso e também das práticas relativas à formação e desenvolvimento de coleções executadas pelos seus funcionários que eram específicos para as bibliotecas nacionais.

Apesar dos resultados demonstrarem que ainda é preciso mais pesquisas sobre o tema, ficou evidenciado que existe certa correspondência entre as teorias identificadas nas correntes de pensamento de teóricos franceses da Biblioteconomia do século XIX que apoiaram o Curso da BN e as práticas exercidas pelo corpo de funcionários da BN. Nesse sentido, a origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil provem desses autores do século passado. A coleção de obras que apoiou o Curso de Biblioteconomia, que é formada por diversos autores franceses daquele século, reforça esta reflexão.

Foi possível verificar também que o Curso de Biblioteconomia da BN formou gerações de bibliotecários que seguiram as correntes humanísticas de pensamento que, provavelmente, se estenderam até a década de 1960 quando o curso passou a integrar o sistema de ensino superior do país. É possível que os teóricos franceses, adotados no curso da BN desde a sua fundação, foram sendo substituídos por outros, contemporâneos, a medida que a abordagem tecnicista da Biblioteconomia foi se fortalecendo ao logo dos anos. Desse modo, a literatura especializada do Século XIX pode ter sido considerada superada a qual não teve a chance de fazer parte da produção científica dos bibliotecários brasileiros e alguns poucos teóricos de língua inglesa. Este foi o elo teórico e histórico que faltava para ligar autores do passado com os contemporâneos que complementam teorias e práticas, sobretudo, na área de desenvolvimento de coleções introduzindo novos marcos além da década de 1960, para os Estados Unidos, e do ano de 1982 para o Brasil.

Além da contribuição teórica e metodológica em relação às lacunas identificadas na área de desenvolvimento de coleções no país, os dados reconstruídos aqui, poderão também fomentar novas abordagens para o estudo do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, tendo em vista a proximidade do seu centenário e da ausência de pesquisas sobre o tema.

O presente relato está dividido em três grandes partes: breves considerações teóricas sobre o processo de desenvolvimento de coleções segundo autores franceses do XIX identificados no acervo de Obras Raras da Biblioteca Central da UNIRIO; a importância do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional e resultados da pesquisa de campo.

Breves considerações teóricas sobre o processo de desenvolvimento de coleções

O processo de formar e desenvolver coleções sempre estiveram presentes ao longo da história do livro e das bibliotecas. Da Biblioteca de Alexandria às Bibliotecas Digitais não há, portanto, como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar (WEITZEL, 2002, p. 61).

É importante esclarecer que formar e desenvolver coleções vai mais além que selecionar e adquirir obras. A literatura da atualidade define desenvolvimento de coleções como um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: Estudo da comunidade (perfil da comunidade), Políticas de Seleção, Seleção, Aquisição, Desbastamento e Avaliação (VERGUEIRO, 1989, p. 16; EVANS, 2000). Nesse sentido, seleção e aquisição são etapas ou fases que compõem um processo mais global de planejamento que requer as demais etapas para completar-se. Portanto, a impossibilidade de armazenar em bibliotecas tudo o que foi escrito e publicado no mundo faz do processo de desenvolvimento de coleções uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais (WEITZEL, 2006, p. 7-8).

No entanto, no passado, da Antiguidade até a Idade Moderna, “a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial” (BROADUS, 1991, p.5 apud WEITZEL, 2002, p. 62). Neste período imperava a idéia de acumulação e armazenamento de coleções, princípio perfeitamente viável na Idade Média. Este *modus operandi* tem em Richard de Bury (1344 apud PINHEIRO, 2008) seu mais ilustre representante. Bury (2005), cuja obra *Philobiblon* foi publicada recentemente no Brasil, apresenta suas considerações baseada no amor incondicional aos livros por representar a palavra divina e tem o mérito de revelar as práticas da época em relação às coleções de livros.

O modelo baseado na acumulação é verificado nas orientações do reverendo em várias passagens. Um de seus conselhos é comprar livros sempre: “[...] a menos que tenhamos ser en-

rolados pelo livreiro ou tenhamos a quase certeza que uma ocasião mais propícia irá se apresentar, não devemos medir sacrifícios para comprar um livro se a conjuntura que nos é oferecida for favorável” (BURY, 2005, p. 39). Tendo desempenhado as funções de chanceler e tesoureiro na corte de Eduardo III, Bury (2005, p. 84-85) conseguiu autorização para investigar diversas bibliotecas da Inglaterra e relata que “a notícia de nossa paixão pelos livros, sobretudo pelos antigos, se espalhou rapidamente [...] Diante de nós se abriram as portas das bibliotecas dos mais renomados mosteiros”. Desse modo, a aquisição de coleções de livros baseava-se em duas estratégias: comprar o que fosse possível ou solicitar como doação às pessoas ou instituições: “E precisamente por termos nos servido de todas essas pessoas que acabamos de mencionar – como verdadeiros amantes que nos traziam livros – é que aumentamos consideravelmente o tesouro de receptáculos de ciência e um variado conjunto de bons livros” (BURY, 2005, p. 95).

Já na primeira metade do século XVII os modelos que apoiavam a formação de coleções consideravam aspectos em que:

idealizavam a biblioteca como um retiro, à margem das atividades domésticas e públicas; ou como um espaço, de curiosidades e obras seletas, concretizado principalmente por colecionadores que valorizavam a raridade e o luxo das obras em detrimento de seu conteúdo; ou ainda como a concepção jesuítica que selecionava apenas os livros cristãos, expurgando as obras consideradas heréticas, profanas ou heterodoxas (COELHO NETO, 1997 apud JANNUZZI, 2001, p. 15).

Naudé (1627), por outro lado, apresentou inovações, especialmente em relação ao processo de seleção, que rompeu com a concepção de bibliotecas voltadas para a acumulação – linha de pensamento predominante até a Idade Moderna (COELHO NETO, 1997 apud JANNUZZI, 2001, p. 15). Para Naudé as bibliotecas deveriam adotar critérios de seleção para formar coleções úteis rompendo com a orientação de que a biblioteca deveria ser um lugar para acumular tudo o que havia disponível. Outra idéia inovadora estava baseada na integração de bibliotecas isoladas para que juntas espelhassem o todo, isto é, todas as coleções de todas as bibliotecas. A idéia de bibliotecas em rede surge, portanto, no século XVII com Naudé. Mas, somente no século XIX foi possível encontrar na literatura especializada os ecos de suas inovações, especialmente em autores de língua francesa e alemã.

A expansão do volume da produção editorial, que se iniciou lentamente com a invenção da prensa com tipos móveis e depois, paulatinamente, avançou até o final do século XIX, foi sentido por seus contemporâneos que observaram a grandeza de seus efeitos sobre a perspectiva da acumulação e armazenamento exaustivo de coleções em bibliotecas.

Muitos intelectuais europeus do século XIX manifestaram suas preocupações em relação à influência da desproporção deste aumento da produção editorial em relação a sua qualidade. É deste período as publicações de verdadeiros manuais para formar coleções em bibliotecas que foram identificados na Biblioteca Central da UNIRIO⁷ tais como Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Brunet⁸ (1860-1865), Rouveyre (1878), Richard (1883), Graesel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896) bem como Cim (1905-1908) e Morel (1908-1909) já no início do século XX. Estes autores tiveram o mérito de apresentar também as técnicas e práticas necessárias para lidar com o problema do volume de produção editorial, incluindo a constituição de comissão de seleção e a orientação das coleções a partir da missão institucional, as quais são adotadas até hoje, sem, contudo, serem lembrados. Esses autores detalharam os processos e políticas do que se denomina hoje de desenvolvimento de coleções e enunciaram os procedimentos que se tornariam marcos na segunda metade do século XX.

Peignot (1823), especialmente, apresenta critérios para seleção de obras realmente de valor apresentando, portanto, formas para lidar com uma massa documental exorbitante. De acordo com Pinheiro (2009), na Biblioteconomia do século XIX, a “idéia de coleção de livros, bem ordenados e de certo valor, passou a vigorar em substituição àquela que enfatizava a interdependência entre quantidade e organização (Petzholdt, 1856)”. Logo, o enfoque acumulativo e exaustivo em relação às coleções foi sendo alterado tendo em vista a necessidade premente de se selecionar as obras de relevância e de qualidade.

No século XX o cenário delineado no século anterior em relação ao volume crescente da produção editorial agravou-se ainda mais. A especialização das áreas do conhecimento, os grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento que ocorreram no mundo acompanhado de um crescente número de pesquisadores desencadearam o fenômeno da explosão informacional em função do elevado número de produção científica. Este quadro foi propício para o florescimento de procedimentos mais avançados que pudessem lidar com tal complexidade em relação às coleções em bibliotecas.

A literatura especializada, especialmente a norte-americana, atribui como marco desta nova perspectiva os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos na década de 1960 “quando nos Estados Unidos, apesar dos fortes investimentos em construções de prédios para alocação

⁷ Rubens Borba de Moraes, diretor da BN, relata que uma biblioteca foi iniciada com a “coleção de biblioteconomia cedida pelo Salão de Referência, num total de 200 obras em 254 volumes e acrescida mais tarde com obras adquiridas por compra, doação e permuta, contribuição legal e vindas dos armazéns de livros da Seção de Consulta” (MORAIS, 1945, p. 34). Esta coleção foi transferida para a Biblioteca Central da UNIRIO em 1969 quando o curso passou a ser oferecido por esta instituição, ainda sob a denominação de Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG).

⁸ Disponível no acervo da BN e não na UNIRIO.

das coleções, percebeu-se que não era racional adquirir tudo o que era produzido” (VERGUEIRO, 1993, p. 14). Dessa maneira, rompeu-se definitivamente com o enfoque baseado no armazenamento de tudo o que era publicado e passou-se para uma abordagem determinada somente pelo acesso, orientado pela missão institucional e perfil dos usuários. O termo desenvolvimento de coleções foi a partir deste momento consagrado pela literatura especializada para designar tais processos e políticas que envolvem ações em relação às coleções.

Esta concepção veio apoiada por teóricos ingleses e norte-americanos que, de acordo com Evans (2000), contribuíram para a consolidação de uma teoria da seleção e desenvolvimento de coleções iniciando com McColvin (1925), Drury (1930), Haines (1935), Ranganathan (1952), Broadus (1973) e Curley e Broderick⁹ (1985). No entanto, o esforço teórico para incorporação das contribuições do século XIX não foram significativos para o estabelecimento de uma teoria de desenvolvimento de coleções mais completa.

O advento da internet permitiu a legitimação desta perspectiva baseada no acesso uma vez que as mudanças que ocorreram na natureza das coleções exigiram políticas para desenvolvimento de coleções digitais e impressas (WEITZEL, 2002, p. 65; 2006, p. 8). As possibilidades da tecnologia aliada às políticas para desenvolvimento de coleções em larga escala permitiram que se voltasse a pensar em coleções exaustivas e em controle bibliográfico universal tal como as estratégias que foram praticadas no passado. Trata-se de desafios que exigem esforços para constituir um corpo teórico mais fortalecido a fim de apresentar soluções à altura.

Importância do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

O caso brasileiro em relação ao desenvolvimento de coleções é bastante peculiar, pois se inicia com o processo de colonização brasileira. No entanto, para fins desta pesquisa, o período delimitado se refere aos anos entre 1915 a 1949 marcado pelo funcionamento do primeiro Curso de Biblioteconomia fundado pela Biblioteca Nacional em 1911. O curso espelha aqueles princípios norteadores do “pensar e fazer a Biblioteconomia” no século XIX (PINHEIRO, 2009, p. 11-12) no qual há uma nítida valorização de ações que primam pela qualidade das coleções, tanto em termos de conteúdo quanto de organização, em detrimento da quantidade simples e pura. Esta concepção originou teorias e práticas que marcaram as quatro primeiras décadas do século XX no campo da Biblioteconomia em geral, e na área de desenvolvimento de coleções, em particular que se perpetuaram até os dias de hoje.

⁹ Originalmente publicado pela primeira vez em 1959 por Mary Duncan Carter e Wallace John Bonk. Novas edições surgiram com a contribuição de Rose Mary Magrill e depois de Arthur Curley e Dorothy Broderick.

Dessa forma, primeiramente é preciso destacar alguns aspectos da história do ensino de biblioteconomia no Brasil a qual pode ser compreendida em função de suas seis fases.

Fases	Período	Eventos
1 ^a	1879-1929	Liderança da Biblioteca Nacional e influência francesa
2 ^a	1929-1962	Influência do novo curso do Instituto Mackenzie em São Paulo inspirado no modelo norte-americano
3 ^a	a partir de 1962	Uniformidade dos cursos desenvolvidos a partir dos currículos mínimos
4 ^a	década de 1970	Fortalecimento dos cursos, descontentamento em relação aos currículos mínimos, influência das tecnologias, aparecimento dos cursos de pós-graduação
5 ^a	1982-2000	Novo currículo mínimo e reformulação dos programas de ensino
6 ^a	2001-	Nova concepção da matriz curricular com base nas diretrizes da ABECIN

Quadro 1 – Fases do Ensino da Biblioteconomia no Brasil

Fonte: Adaptado de Mueller (1985, p. 3)

Edson Nery da Fonseca (apud MUELLER, 1985, p. 3) inaugurou este enfoque com as três fases iniciais que foram acrescidas em mais duas por Mueller (1985, p. 3). Em 2001, a ABECIN inaugurou a 6^a fase em atendimento às novas exigências do MEC ao estabelecer as suas diretrizes curriculares. Esta pesquisa insere-se nas duas primeiras fases com o foco no curso da BN.

A primeira fase, período entre 1879 a 1929, é marcada pela liderança da BN com os primeiros concursos para preencher as vagas de Oficial¹⁰ tal como era realizado pela *École de Chartes*, na França, e culminou com a criação de um Curso de Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional em 1911, a partir do seu novo regulamento e estrutura administrativa conforme Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910¹¹. A necessidade de um curso de Biblioteconomia já tinha sido considerada por Ramiz Galvão em 1876 (WERNECK, 1942).

O curso da BN tinha a duração de um ano e era constituído por quatro matérias: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática a serem ministradas, respectivamente, pelos chefes das Seções de Impressos (1^a Seção), Manuscritos (2^a Seção), Estampas e Cartas Geográficas (3^a Seção) e Moedas e Medalhas (4^a Seção). Todos os chefes de seção eram bibliotecários, com exceção da 4^a seção que era chefiada por um sub-bibliotecário (BIBLIOTECA NACIONAL, 1911, p. 43). No entanto, devido à ausência de candidatos inscritos nos anos de 1912 a 1914 o curso iniciou-se apenas em 1915. Castro (2000, p. 52) levanta a suposição de que os candidatos desistiram de prestar os exames, pois, sendo a maioria funcionários da casa, teriam que absorver primeiramente as mudanças com a reforma administrativa da BN. Por outro lado, era necessário que os futuros professores se preparassem para ministrar as aulas já que era de sua competência “encarregar-se do ensino das matérias que constituem o curso de biblioteconomia, organizar os respectivos programmas e funcionar como examina-

¹⁰ O 1º concurso foi realizado em primeiro de julho 1879 com a aprovação de João Capistrano de Abreu.

¹¹ Este período foi marcado pela mudança da Biblioteca Nacional para a nova sede na Avenida Rio Branco.

dores, não só daquellas matérias, como também das que são objecto do exame de admissão” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1911, p. 340). Finalmente na noite do dia 10 de abril de 1915 foi proferida a lição inaugural por Constâncio Alves intitulada “A função do bibliothecario” em solenidade na própria sede (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 367-369).

No decorrer dos anos, os professores manifestaram a necessidade de ampliar o curso que era ministrado em um ano para dois. Nesse sentido, em 1918 o diretor geral interino Basílio de Magalhães solicitou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores Urbano Santos da Costa Araújo que o artigo 34 do regulamento da BN referente à duração do curso fosse alterado (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 308). No entanto, esta alteração não ocorreu imediatamente.

Não houve candidatos em 1921 e em 1922 o curso funcionou pela última vez na década quando ocorre a sua extinção, conforme atesta o Decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1922, para dar lugar ao novo “Curso Technico”. Castro (2000, p. 57) explica que em 2 de agosto de 1921 foi estabelecido o regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN) no qual foi criado o “Curso Technico”. O objetivo do curso era formar profissional capacitado para atuar no referido museu, na Biblioteca Nacional (BN) e no Arquivo Nacional (AN). Dessa maneira, o Curso de Biblioteconomia da BN seria substituído pelo “Curso Technico” instituído pelo recém-criado museu. Este curso teria duração de dois anos e compreendia as seguintes disciplinas a serem ministradas pelas três instituições (CASTRO, 2000, p. 57-58): no primeiro ano: História Literária (BN), Paleografia e Epigrafia (BN), História Política e Administrativa do Brasil (AN) e Arqueologia e História da Arte (MHN); e no segundo ano: Bibliografia (BN), Cronologia (MHN), Diplomática (AN), Numismática e Sigilografia (MHN) e Iconografia e Cartografia (BN).

A despeito disso, em 1923 Mario Behring, diretor interino da Biblioteca Nacional, relatou que o curso não seria realizado em 1923 pois os professores Constâncio Alves e o próprio Mario Behring não poderiam ministrar as “cadeiras de historia literaria e epigraphia e paleographia por razões justificáveis” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1923, p. 466). Castro (2000, p. 58) acredita que estas “razões justificáveis” não estavam relacionadas apenas à duplicação de trabalho como bibliotecário-chefe de seção e à docência sem remuneração adicional. Alves e Behring eram contrários à criação do “Curso Technico” e provavelmente não aprovavam a extinção de um curso que tinha nascido e se desenvolvido na BN graças ao apoio incondicional de seus funcionários desde a sua fundação. Depois disso, o curso teve suas atividades interrompidas por nove anos seguidos (1922-1931).

A segunda fase da história do ensino de biblioteconomia no Brasil, período que compreende 1929 a 1962, em especial as suas duas primeiras décadas, é marcada pelo ensino da biblioteconomia orientado pelo modelo norte-americano, mais tecnicista. Estabelecido na cidade de São Paulo, o curso surgiu no Instituto Mackenzie em 1929 (hoje Universidade Mackenzie) com a vinda de Dorothy Muriel Geddes dos Estados Unidos. De acordo com Mueller (1985, p. 4), Geddes tinha como missão preparar a bibliotecária Adelpha Rodrigues de Figueiredo do Instituto Mackenzie para fazer o Curso de especialização na Universidade de Columbia, e também de substituí-la até o seu retorno, após a conclusão de sua especialização. A estadia de Geddes¹² em São Paulo “deu ensejo à formação do segundo curso de biblioteconomia no País” (MUELLER, 1985, p. 4) que iniciou suas atividades em 1929 com quatro matérias básicas: Catalogação, Classificação, Referência e Organização (DIAS, 1957, p. 12). Com o retorno de Adelpha Rodrigues de Figueiredo, o curso do Instituto Mackenzie, foi mantido até 1935 quando foi transferido para a Prefeitura de São Paulo. Graças às reformas na administração municipal de São Paulo, que ocorreram naquele mesmo ano, o escritor Mário de Andrade chegou à direção do Departamento de Cultura, garantindo o funcionamento do curso sob a liderança de Rubens Borba de Moraes. O curso passou a funcionar no prédio da Escola de Comércio Álvaro Penteado e continuou fortalecendo o modelo norte-americano naquela década. Posteriormente, em 1940, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política e manteve sempre as mesmas bases (MUELLER, 1985, p. 4), ou seja, características pragmáticas e tecnicistas provenientes da linha norte-americana da Universidade de Columbia.

Neste período, já na década de 1930, o Curso da BN foi reativado por força do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931 com os seguintes ajustes: o tempo de duração do curso passou para dois anos, a disciplina Iconografia passou a incorporar conteúdos de cartografia e numismática deixou de ser ministrada pela BN em função da criação do Curso de Museologia do MHN que passou a oferecê-la. O curso voltou a funcionar em 1932 com as seguintes matérias: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Cartografia e História Literária com aplicação à Bibliografia (DIAS, 1991, p. 8-9). Foram observadas algumas diferenciações na nomenclatura das disciplinas, mas, não houve mudanças estruturais.

A convivência de cursos de biblioteconomia tão diferentes marcou a dicotomia no eixo Rio-São Paulo em função das duas correntes vigentes no país: a formação da BN, que era mais conservadora e a de São Paulo, mais moderna. Ocorre que em 1940 o modelo tecnicista foi adotado pelo DASP que instituiu um curso intensivo para bibliotecários com a duração de

¹² Mais tarde, devido ao seu casamento com Arthur E. Gropp, seu nome passou para Dorothy Muriel Geddes Gropp.

seis meses, conforme o Decreto-Lei nº 6.416 de 30 de outubro de 1940 (MUELLER, 1985, p. 4). A finalidade do curso era atualizar os ocupantes de cargos de bibliotecário-auxiliar e bibliotecário¹³ tendo em vista as deficiências no ensino da BN e os interesses internos (CASTRO, 2000, p. 83). De acordo com Mueller (1985, p. 5) o curso foi muito exitoso e funcionou até 1944.

Este acontecimento foi decisivo para a história da biblioteconomia no Brasil pois incentivou a reforma do curso da BN em 1944 quando passou a adotar a mesma orientação tecnicista a fim de atender às novas demandas. De acordo com Castro (2000, p. 81) a reforma da Biblioteca Nacional, como um todo, foi projetada pela bibliotecária Heloísa Cabral da Rocha Werneck e foi executada por Cecília Roxo Wagley e Josué Montello alcançando também o Curso de Biblioteconomia da BN. As reflexões sobre as mudanças necessárias para o Curso estão documentadas em manuscritos da própria Werneck (1942) incluindo as propostas para um novo currículo.

A institucionalização do projeto de reforma ocorre sob a direção de Rodolfo Garcia e está expresso no Decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944 que aprova o Regulamento dos Cursos da Biblioteca Nacional a que se refere o art. 8º do Decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944 e foi assinado pelo então Ministro de Estado da Educação e Saúde Gustavo Capanema durante o governo Vargas.

De acordo com Castro (2000, p. 86), o “Curso de Biblioteconomia passou a ter a designação de Cursos da Biblioteca Nacional (C.B.N.)” compreendido sob três níveis: Curso Fundamental de Biblioteconomia, Curso Superior de Biblioteconomia e Cursos Avulsos. Segundo Castro (2000, p. 86) os principais aspectos positivos da reforma do curso foram: a formação de mão-de-obra auxiliar qualificada, educação continuada e difusão do conhecimento biblioteconômico no país e exterior. A inclusão da figura de um Coordenador para os cursos e a desvinculação do corpo docente às chefias das seções também marcaram as mudanças estruturais que se configuravam desde 1911. A concessão de bolsas foi outro benefício desta reforma e, de acordo com Dias (1964, p. 9 apud CASTRO, 2000, p.79), “teve como consequência a descentralização do Ensino da Biblioteconomia, todos os cursos ou escolas de biblioteconomia, fundadas em outros Estados, tiveram como principais colaboradores ex-bolsistas dos Cursos da Biblioteca Nacional”.

Esta mudança no Curso da BN alterou os rumos do ensino da biblioteconomia no Brasil que ganhou certa homogeneidade que se consolida em 1962 com a aprovação do currículo mí-

¹³ Alguns meses antes do surgimento do curso o DASP havia determinado a divisão da carreira de bibliotecário em Bibliotecário e Bibliotecário Auxiliar, conforme o Decreto-Lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940.

nimo pelo MEC. No entanto, em se tratando do Curso original da BN, é preciso destacar que a mudança não foi acompanhada da transição teórica da linha francesa para a norte-americana. Esta talvez seja uma das razões pela quais hoje seja possível identificar as lacunas teóricas e metodológicas mencionadas. A literatura especializada produzida no período por bibliotecários brasileiros demonstra a influência norte-americana em detrimento dos teóricos franceses, especialmente os do século XIX. Outro agravante é a baixa produção dos bibliotecários entre 1915 a 1939 que é infinitamente menor que a produzida na década de 1940. Por outro lado os novos tempos que incluíam as modernas técnicas e tecnologias ganharam mais importância no cenário nacional e, dessa forma, os autores do século XIX, traduziam um tempo antigo e superado, desencadeando uma espécie de ruptura.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi baseada na pesquisa documental na qual os catálogos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Central da UNIRIO foram as principais fontes e formaram quatro categorias de documentos: programas das disciplinas de 1917, programa de Bibliografia de 1936, documentos complementares (aos programas) e relatórios anuais da BN que estão detalhados a seguir¹⁴.

a) Os programas de disciplinas de 1917¹⁵

Os Programas das disciplinas de 1917 foram os mesmos adotados entre 1915-1918. Em 1919 houve uma alteração apenas no programa da disciplina de Bibliografia¹⁶ e os programas se repetiram em 1920. Em 1921 não houve curso e em 1922 não há menção sobre o programa. Em relação ao conteúdo dos programas das disciplinas de 1917 foi verificada grande correspondência entre desenvolvimento de coleções e as quatro disciplinas do curso a partir das categorias identificadas: Organização e Administração de Bibliotecas (OAB), formação e armazenamento de coleções (incluindo livros, estampas e moedas); tipologia documental; aquisição; conservação; e também inventários, segurança e falsificações.

De um modo geral há grande destaque para a parte dedicada às aquisições especialmente em relação às aquisições de diferentes tipos de documentos (incluindo moedas e medalhas), compras, doações, permutas internacionais e transferências internas de diversos tipos de

¹⁴ O método empregado foi testado e aplicado em subprojetos produzidos pela equipe integrante do Grupo de Pesquisa Espaço e Práticas Biblioteconômicas e que estão associadas a este projeto (AZEVEDO, 2007; BASTOS, 2008; COSTA, 2008; COUTO, 2008; FERREIRA, 2008; AMORIM, 2009; CAJÉ, 2009).

¹⁵ Único programa oficial encontrado na BN e está localizado na Divisão de Obras Raras.

¹⁶ Foram suprimidos alguns pontos não identificados, mas é bastante provável que os conteúdos não tenham sido sacrificados e sim reagrupados (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 323).

coleções. Na disciplina Bibliografia as permutas internacionais ganharam destaque com tópico específico provavelmente em função da criação dos primeiros centros de permutas internacionais no século XIX (SUAIDEN, 1978, p. 15). A categoria OAB, formação de coleções e armazenamento esteve presente em todas as disciplinas, principalmente Iconografia e Numismática. Há detalhes sobre o mobiliário, acondicionamento e arranjo dos materiais. Também estão fortemente presentes os elementos de bibliologia especialmente na disciplina Paleografia e Numismática quando tratam dos elementos constitutivos de livros, códices e documentos – tópicos fundamentais para estabelecer os critérios de seleção de um item. Há detalhamento sobre as técnicas empregadas para conservação e restauração de diversos tipos de materiais tais como livros, moedas, estampas e pergaminhos. Os tipos de acondicionamentos também são mencionados tais como encadernação, montagem simples de estampas e montagem em *passe-partout*. Nesse sentido, é possível afirmar que a área de desenvolvimento de coleções, de alguma forma, esteve presente em todas as disciplinas ministradas no curso da BN no período de 1915-1922.

b) O programa da disciplina Bibliografia de 1936

Foi observado que este programa¹⁷ apresentou dois pontos a mais em relação ao de 1917: “Bibliotecário” e “Comércio de livros”. Apesar disso, há maior concisão dos conteúdos abordados dentre os quais foram destacados: Aquisição de livros, Arrumação de livros nas bibliotecas, Conservação e restauração de livros, Encadernação, Comércio de livros, Bibliotecas: construção, organização, legislação. Há grande concentração de tópicos sobre desenvolvimento de coleções neste programa em comparação ao de Bibliografia de 1917.

c) Documentos complementares

Como não foram localizados todos os programas de disciplinas do Curso da BN, além daqueles de 1917 e de Bibliografia de 1936, outros documentos foram consultados a fim de cobrir dados não obtidos. Cinco documentos foram identificados: Lições de um curso sobre gravuras de Aurélio Lopes de Sousa (SOUSA, 1915-1919), Dissertações sobre a história dos livros manuscritos de Constâncio Alves (ALVES, 192-), Cadernos sobre Paleografia e Diplomática das aulas ministradas pelo Prof^o Bartolo da Silva (SILVA, 1940-1941), Projeto de reforma da Biblioteca Nacional (WERNECK, 1942), o Decreto nº 15.395 e Decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944.

O documento “Lições de um curso sobre gravuras” de Aurélio Lopes de Sousa traz os originais manuscritos das aulas proferidas entre 1915-1919 (SOUSA, 1915-1919) e algumas

¹⁷ Este programa foi o segundo documento oficial encontrado e está localizado no Arquivo Central da UNIRIO.

informações sobre o programa da disciplina “Iconografia” do período. Os originais não estão totalmente legíveis devido à oxidação da tinta o que dificultou a conferência dos pontos identificados no programa de 1917 relativos ao tema desenvolvimento de coleções (tipo de mobiliário, acondicionamento, conservação e restauração de estampas, formação de coleções e falsificação).

O texto “Dissertações sobre a história dos livros manuscritos” de Constâncio Alves (192-) é constituído por nove documentos cujos assuntos tratam da passagem do livro manuscrito para o impresso dos quais somente três possuem correspondência direta com a matéria Bibliografia: Formatos (6º), Encadernação (7º) e Ornamentação do Livro (8º). De acordo com o programa de Bibliografia de 1917 correspondem a: tipologia documental; encadernação; características do livro antigo e moderno – Incunábulos e Cimélios. Livros Raros e Preciosos – Falsificações bibliográficas. Do ponto de vista do processo de desenvolvimento de coleções, este último ponto tem relação com os critérios de seleção de obras raras. O estudo da falsificação era um aspecto muito valorizado no curso tendo em vista questões de segurança e preservação do patrimônio.

Os dois Cadernos de apontamentos da cadeira de Paleografia e Diplomática do Curso de Biblioteconomia da BN que foi ministrado pelo Professor Bartolo da Silva entre 1940-1941 (SILVA, 1940-1941) trazem as anotações de aula da aluna Lidia Maria de Oliveira Combacau¹⁸ e os programas eram os mesmos de 1917, especialmente quanto à tipologia documental, conservação (encadernação) e aspectos referentes às falsificações.

No projeto de reforma de Werneck foi proposta a disciplina “Escolha e Aquisição de livros” no curso para bibliotecários-auxiliares, mas, esta recomendação não foi incluída na reforma. Além disso, não há correspondências diretas entre desenvolvimento de coleções e os ementários das disciplinas dos novos cursos da BN identificados na legislação sobre a reforma administrativa.

d) Relatórios anuais da BN

Os relatórios anuais da BN foram identificados tanto nos Anais da BN (disponíveis na Biblioteca Digital) quanto nos catálogos da BN¹⁹ entre 1911 e 1949 compreendendo a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva e Rodolfo Garcia. O objetivo desta análise foi identificar os procedimentos realizados para desenvolvimento de coleções na BN e, por extensão, revelar as práticas das bibliotecas nacionais. Partiu-se do pressuposto de que as práticas relatadas pelos diretores da BN tivessem alguma correspondência com os conteúdos programáticos das

¹⁸ O catálogo da BN identificou sua autora como Lydia C. de Miranda.

¹⁹ Nesta pesquisa não foram identificados e localizados os relatórios anuais da BN de 1924-1930 e 1949.

disciplinas na medida em que os próprios diretores das seções ministravam as aulas. De fato, foram identificadas diversas atividades desempenhadas pelos bibliotecários da casa as quais apresentaram correspondências com os programas das disciplinas analisados especialmente em relação ao processo de aquisição, conservação e armazenamento. Por outro lado, embora não tenha sido encontrado o termo seleção, foram identificadas algumas atividades relacionadas com o processo tais como a constituição de comissões de funcionários para identificar obras de interesse e relevância para a BN em instituições brasileira e para participar de leilões que ofereciam coleções. Todos os modos de aquisição eram praticados pela Biblioteca Nacional. As doações eram o meio mais comum de aquisição na BN, mas as compras também eram efetuadas, apesar de menores. A contribuição legal, permutações internacionais e permuta por publicações em depósito, permuta nacional, e transferências de seção também foram consideradas pelos funcionários como atividades pertinentes à aquisição. O inventário e a transferência de obras entre as seções também foram identificados. Em relação ao armazenamento foram constantes os relatos sobre acondicionamento e mobiliário adequados de diversos tipos de materiais desde livros às medalhas e selos, e inventários. O problema de espaço já era um problema relatado em 1919, menos de dez anos após a inauguração da nova sede. Quanto à conservação foram identificados diversos procedimentos incluindo acondicionamento principalmente de moedas e medalhas, encadernações de livros e periódicos, desinfestação de insetos e larvas e descrição de técnicas empregadas. Foi identificado na década de 1910 e 1940 o termo expurgo para designar o processo de desinfestação de insetos e higienização das coleções.

Considerações finais

O objetivo geral da pesquisa que envolve a gênese e abordagens teórico-metodológicas em desenvolvimento de coleções no Brasil foi em parte alcançado tendo em vista a ausência de dados e a necessidade de se empreender mais pesquisas sobre o tema.

Nesta pesquisa ficou evidenciado que a origem e os fundamentos da área tem em Gabriel Naudé um dos primeiros teóricos que inovaram em relação à orientação das coleções por sua utilidade e não pelo seu acúmulo. Os autores de língua francesa do século XIX identificados a partir do trabalho de Fonseca (1991) no acervo de obras raras da UNIRIO fortaleceram essa orientação que foi adotada no Brasil pelo Curso de Biblioteconomia da BN a partir de 1915 que por sua vez foi delineado pelo modelo francês da *École de Chartes*. Com raríssimas exceções, estes autores não foram citados amplamente pela literatura e seria importante que

fosse efetuada uma análise de citação para confirmar essas evidências. É possível que a adesão à abordagem tecnicista pelas Escolas de Biblioteconomia no país a partir da década de 1940 tenha contribuído para este “esquecimento” bem como a liderança dos autores ingleses e norte-americanos.

Em relação ao estudo das fontes primárias levantadas é possível afirmar que os resultados foram bastante ricos apesar do baixo retorno de dados. Vários aspectos do que se denomina hoje de desenvolvimento de coleções estavam presentes nas quatro disciplinas do curso de biblioteconomia da BN no período entre 1915-1922. Em 1936 foi possível verificar certa concentração de tópicos sobre o tema no programa da disciplina de Bibliografia. Os documentos correlatos identificados em Sousa (1915-1919), Alves (192-), Silva (1940-1941), Werneck (1942) e a legislação referente à Reforma de 1944, não apresentaram aspectos diferenciados daqueles vistos nos programas de 1917.

A análise dos dados coletados nos relatórios anuais revelou que os bibliotecários da BN contribuíram para o estabelecimento de conhecimentos para desenvolver coleções em bibliotecas nacionais cujas práticas foram além dos processos de seleção e aquisição e pode ter sido objeto de estudo em sala de aula. É possível que aqueles bibliotecários estivessem afinados com as práticas que vinham sendo desenvolvidas no final do século XIX, especialmente na França tendo em vista seu legado na BN (modelo de ensino e acervo).

Ainda existe um universo a ser explorado e a urgência de pesquisa é fundamental para preencher as lacunas que ainda permanecem. Além disso, a impressionante ausência de dados evidencia a necessidade de ações para preservação da memória do Curso de Biblioteconomia da BN que está próximo de seu centenário.

Referências

ALVES, C. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro, [192-].

AMORIM, Fabrício Ferreira. Acervo originário do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: [...] Constantin, Morel, Namur, Peignot e Richard. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2009, Rio de Janeiro. [Poster ...]. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BASTOS, Ananda X. Almeida. *Os fundamentos do processo de seleção segundo Gräsel e Petzholdt*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A Bibliotheca Nacional em 1910. relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1911, v. 33, p. 649-684.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A Biblioteca Nacional em 1915: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 38, 1916.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A Bibliotheca Nacional em 1918 e 1919: relatórios. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.41-42, 1919-1920.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A Bibliotheca Nacional em 1923: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 45, 1923.

BROADUS, Robert. *Selecting materials for libraries*. New York: H. W. Wilson, 1973.

BRUNET, Jacques Charles. *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. 5.ed. Paris : Librairie de Firmin Didot Frères, 1860-1865.

BURY, Richard. *Philobiblon*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

CAJÉ, Bruna Carla Muniz. Acervo originário do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: [...] Cim, Maire e Rouveyre. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Resumos...* Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009. p. 263-265.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CIM, Albert. *Le livre*. Paris: E. Flammarion, 1905-1908. 5 v.

COSTA, Luciene Maria da. O ensino em desenvolvimento de coleções da década de 1930. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COUTO, Sabrina Dias do. *As contribuições teóricas do corpo docente do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CURLEY, Arthur; BRODERICK, Dorothy. *Building library collection*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1985. Original de Mary Duncan Carter e Wallace John Bonk em 1959.

DIAS, Antônio Caetano. O ensino da Biblioteconomia do Brasil. In: UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. 48 p.

DIAS, Antônio Caetano. *O ensino da Biblioteconomia do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: IPASE, 1957. 32 p.

DRURY, F. K. W. *Book selection*. Chicago: American Library Association, 1930.

- EVANS, G. Edward. *Developing library and information center collection*. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.
- FERREIRA, P. Processo de desenvolvimento de coleções na Biblioteca Nacional na década de 1940. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- FONSECA, Maria Luiza da. O acervo básico-histórico da biblioteca da primeira escola de Biblioteconomia do Brasil: bibliografia. In: UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. p. 33-40.
- GRAESEL, Arnim. *Manuale di Biblioteconomia*. Torino: E. Loescher, 1893. 403 p.
- HAINES, Helen E. *Living with books*. New York: Columbia University Press, 1935.
- HESSE, Leopold Auguste Constantin. *Bibliothéconomie...* Nouvelle édition, revue, augmentée et ornée de figures. Paris: A La Librairie Encyclopédique de Roret, 1841. 266 p.
- JANNUZZI, C. A. S. C. Estoque, oferta e uso da informação. *Transinf.*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 13-23, 2001.
- MCCOLVIN, L. R. *Theory of book selection for public libraries*. London: Grafton, 1925.
- MAIRE, Albert. *Manuel pratique du bibliothécaire*. Paris: Alphonse Picard, 1896. 587 p.
- MORAIS, R. B. A. *Relatório das ocorrências verificadas e atividades realizadas durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1945...* Rio de Janeiro, 1945. 39 p.
- MOREL, Eugène. *Bibliothèques*. Paris: Mercure de France, 1908-1909. 2 v.
- MUELLER, S. P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.
- NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Paris: Chez François Targa, 1627.
- NAMUR, P. *Manuel du bibliothécaire...* Bruxelles: Chez J. B. Tircher, 1834. 368 p.
- PEIGNOT, Gabriel. *Manuel du bibliophile ...* Dijon: V. Lagier Libraire, 1823.
- PETZOLDT, Julius. *Manuale del bibliotecário*. 3. ed. Milano: U. Hoepli, 1894. 364 p.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. *O pensar e o fazer em Biblioteconomia*. 2009. Não publicado.
- _____. *Planos de Aula OAB [da UNIRIO]*. Rio de Janeiro, 2008. Apostila.
- RANGANATHAN, S. R. *Library book selection*. Delhi: Indian Library Association, 1952.
- RICHARD, J. *L'art de former une bibliothèque*. Paris: Libr. Ancienne et Moderne, 1883.

ROUYEYRE, Édouard. *Connaissances nécessaires a un bibliophile*. 2. ed. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1878. 119 p.

SILVA, J. Bartholo. *Curso de Biblioteconomia*. Rio de Janeiro, 1940-1941. 2 cadernos.

SOUSA, Aurélio Lopes de. *Lições de um curso sobre gravuras*. Rio de Janeiro, [1915-1919].

SUAIDEN, Emir José. *O intercâmbio em bibliotecas e centros de documentação*. 3. ed. ver. Aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Rio de Janeiro: Pallas, 1978. 145 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis: APB, 1989.

_____. Desenvolvimento de coleções. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n.1, p. 13-21, jan./abr. 1993.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento. *Persp. em Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.

_____. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 76 p.

WERNECK, Heloísa Cabral da Rocha. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, 1942. 83 p.